

BRASÍLIA DEVE VIRAR ESTADO?

*Manifestações favoráveis e contrárias à transformação de
Brasília em Estado estão incendiando os debates nesta primeira campanha eleitoral.*

Qual a sua opinião sobre o assunto?

Abadia

Maria de Lourdes Abadia, de PFL, tem 41 anos e disputa eleição pela primeira vez. Ela é conhecida por um trabalho de grande repercussão como administradora regional da Ceilândia.

Esaú

Esaú de Carvalho, de 63 anos, é candidato do PFL à Câmara. Tem concentração de votos entre os adventistas e mora há 27 anos em Brasília. Esaú é também conhecido como professor do CEUB.

Aidano

Aidano José Faria, de 48 anos, nunca atuou na política. Mora em Brasília há 28 anos. É candidato do PDT à Câmara. É advogado muito conhecido pela sua atuação no caso Mário Eugênio.

Frejat

Jofran Frejat, candidato do PFL, tem 49 anos. É médico e foi secretário de Saúde do DF. Nunca foi candidato, nem exerceu atividade política. Mora há 24 anos em Brasília.

Eurides Brito— A Capital do Brasil não deve ser transformada em Estado. Ela, como capital, deve ser uma organização política especial. Esta é uma tradição do Brasil e de diversos outros países: ter o seu próprio distrito da capital. Independentemente desta discussão, o que devemos é procurar discutir sobre a necessidade de se aumentar ou reduzir as atuais fronteiras deste Distrito Federal. Eu, particularmente, sou bem objetiva no sentido de dizer que deve ser dado um tratamento especial ao Distrito Federal para que ele possa desempenhar a sua função especial de Capital do País. E isto nada tem a ver com representação política do Distrito Federal, mas sim com o tratamento diferenciado que a União precisa dar à sua capital. Se o Distrito Federal vier a ser transformado em Estado, creio que teríamos que pensar, num futuro muito próximo, em outro local para ser, proximamente, a nova capital do Brasil.

Fernando Tolentino— O povo de Brasília quer ter prefeitos e vereadores eleitos; quer ter governador eleito; quer ter uma assembleia legislativa. No meu entendimento, o que caracteriza o Distrito como Federal é que as decisões políticas não são de sua população, mas sim da Federação. E isto não se justifica. O conceito de Distrito Federal decorre da solidariedade entre o poder público local e o poder público federal, solidariedade que em um regime democrático não é necessária. Da mesma forma como não é necessária a solidariedade do prefeito das capitais com o governador dos respectivos estados. Além disso, o Distrito Federal deveria, inclusive, ter sua área ampliada para que pudesse se dar um tratamento de região metropolitana às cidades do entorno. Mas, evidentemente, só defendemos que isso ocorra com o pronunciamento livre das populações das cidades do entorno, que deveriam definir se querem continuar no Estado de Goiás e Minas ou se preferem integrar o futuro Estado de Brasília.

Aidano Faria— Entendo como mero proselitismo político a colocação de que Brasília deva ser um Esta-

do. Vivemos num regime misto, entre a Federação e o Estado unitário francês, que não serve de modelo para este tipo de colocação. Quanto à situação do entorno, precisaríamos verificar as cidades que foram construídas através de verbas do trabalhador, como a cidades Ocidental, Valparaíso I, II, III e Novo Gama, por exemplo. Estas cidades foram construídas para pessoas de Brasília, com verba do trabalhador de Brasília, que aqui exercem suas atividades. Pelos contatos que tivemos, ficou patente que eles não querem integrar o Estado de Goiás, e sim ser cidades-satélites de Brasília. Por isso, eu, se for eleito deputado federal, lutarei para que a Cidade Ocidental, Novo Gama, Céu Azul, Pedregal e Valparaíso sejam cidades-satélites de Brasília. Mas não nesse regime de emancipação que querem dar e que a população rejeita, pois ela não teria como sobreviver, não disporia de indústrias para ter trabalho e ficaria, portanto, órfã mais ainda.

Do ponto de vista puramente federativo nós temos que ser um Distrito Federal, ampliando, porém, a capacidade política do povo com a criação de uma assembleia legislativa, da eleição de prefeito, de governador, de uma câmara de vereadores. Mas mantendo Brasília como a capital dos brasileiros. Quer dizer, como a essência, como uma síntese da Federação, porque aqui aportam brasileiros pelas mais variadas razões. Tanto de caráter profissional como por terem escolhido a cidade para aqui viver.

Maria de Lourdes— Eu tenho alguns estudos sobre a função de Brasília e do Distrito Federal como um todo. Inicialmente, eu também sou contra a criação do Estado de Brasília, pois acredito ser urgente um reestudo sobre a função para qual Brasília foi criada e a que desempenha hoje. Hoje nós temos, por exemplo, a região administrativa do Paranoá, que existe na lei mas que na realidade é uma ficção. Outro exemplo: a Ceilândia, que está na RA-II, mas que integra a RA-III. Temos ainda o Guarã e o Núcleo Bandeirante, que estão na RA-I. Tudo isto é

muito confuso, tanto para administrar o Distrito Federal como para atender o que existe na realidade. E está deveria ser uma das primeiras preocupações no sentido do reestudo e da redefinição de Brasília. O outro aspecto que nós não podemos ignorar é o problema da região geoeconômica. De fato, ela pertence ao Estado de Goiás, mas como o Aidano disse, as cidades do entorno foram construídas com o dinheiro de trabalhador de Brasília. Então, de direito, o governo do Distrito Federal não pode atender o entorno, só que, na prática, Brasília absorve a mão-de-obra da região, que utiliza sua infraestrutura de saúde, educação e emprego. E o pior de tudo é que a lei é uma e a realidade é outra. Particularmente, eu não sei como ficaria o problema de Brasília como estado. Agora nisto eu concordo com o Tolentino — a aspiração da comunidade é contar com representação política em todos os níveis, porque se isto não acontecer eu não sei como os deputados e senadores por Brasília vão poder trabalhar em Brasília.

Geraldo Campos— Eu, embora considerando que o problema suscitado com a proposta feita pelo Tolentino, permitiu que se aprofundasse o estudo sobre o Distrito Federal, eu sou contra a transformação. Não sou tradicionalista e até acho que muitas das tradições devem ser deixadas de lado na nova Constituição. Mas acho que o Distrito Federal deve permanecer como unidade especial, da forma como vem ocorrendo desde a República. Há assuntos, no entanto, que se pode levantar em torno das alterações que o Distrito Federal carece. Entre essas questões a da ampliação da área para absorver as populações limítrofes citadas pelo Aidano: Pedregal, Novo Gama, Cidade Ocidental, Céu Azul assunto que no momento se discute em dois níveis. A população dessas áreas não quer continuar subordinada ao município de Luziânia e fala-se em emancipação. Seria uma solução? Disporiam de meios? Eu acho que deveríamos amadurecer mais a questão. Apesar de ser contra a criação do Estado e simpático à ampliação da

área, ainda não fixei uma posição a respeito da ampliação. Acho necessário, até com base em estudos da Sudeco, aprofundar o assunto que por sinal, parece unificar todos os candidatos.

Jofran Frejat— A transformação de Brasília em Estado não resolveria os nossos problemas. Eu parto do seguinte princípio: Brasília, hoje arrecada em impostos menos de 50 por cento do que gasta para a sua manutenção. O restante vem do governo federal através de simples repasses, e do subsídio do trigo. Em função da transformação, poderia se pensar na criação de indústrias no futuro nas áreas mais afastadas do centro de Brasília. Mas isso leva tempo, e o DF depende dos recursos do governo federal, que o deixaria ao desamparo se suspendesse a dotação de verbas. Afinal Brasília é uma cidade cara, em termos de educação e de manutenção de suas áreas verdes. Assim dificilmente o Distrito Federal teria recursos para manutenção com os impostos que se paga por aí. Nós temos que olhar, sob outro aspecto, o fator ampliação do Distrito Federal. Realmente, a população que vive na zona limítrofe com o Distrito Federal, vive basicamente aqui dentro. Essa população trabalha em Brasília e faz uma constante pressão sobre os equipamentos de educação, saúde e também em relação ao mercado de trabalho. Na verdade, aquelas são apenas cidades-dormitório. Assim é preciso que se pense efetivamente na perspectiva de ampliação de espaço do Distrito Federal para que essa população seja absorvida e transforme o que já fez em uma realidade. Os mecanismos terão que ser estudados em profundidade, e eu concordo com a exposição que foi feita pelos outros candidatos. De forma que sou contra a transformação em Estado, mas acho que isto não implica que não devemos ter eleições diretas em todos os níveis.

vejo razão para tal. Se nós ampliarmos o Distrito Federal, teremos depois um outro problema. Outros grupos começarão a lutar para ser anexados ao Distrito Federal. A experiência do Rio de

Janeiro deve ser lembrada. Por isso não devemos ampliar o Distrito Federal com a anexação do entorno. Deixe as coisas como estão e Goiás resolverá o problema de desdobrar ou não Luziânia em outros municípios. Quanto aos recursos, isto não tem importância, pois o governo federal não deixaria de prestar socorro como faz com outros Estados recém-criados. Mas o fundamental é que não devemos transformar o Distrito Federal em Estado.

Chico Vigilante— O PT não discutiu ainda a questão da transformação de Brasília em Estado. E quando nós entrarmos nessas discussões, eu serei contra. Não vejo qualquer motivo para se transformar Brasília em Estado. Além do mais não creio que por se trocar o nome vá se resolver todos os problemas de Brasília. Eu acho que o que a gente tem que fazer é ter pessoas capazes e competentes para solucionar os problemas de Brasília. Com eleições em todos os níveis, é claro. De vereador a governador. Com relação à questão do entorno, eu concordo com o ponto de vista de que não se deve ampliar a área. Se a área do DF for ampliada, poderemos chegar até Formosa, porque tem gente que trabalha em Brasília e mora lá. Outro motivo que me coloca contra a ampliação é que em quatro ou cinco anos nós vamos ter o mesmo problema, com mais 300 mil pessoas no entorno de Brasília. Eu não acredito, que, contudo, devamos empurrar o problema para Goiás, simplesmente é um dever, é uma obrigação dos deputados e senadores eleitos por Brasília pressionar para que os problemas do entorno sejam resolvidos. Tanto na questão de infraestrutura básica da segurança, das condições de moradia como de transporte para o povo. E nosso dever lutar para resolver o problema deles, mas sem ampliar a área, porque se nós a ampliarmos vamos comprar mais um problema e, em consequência, vamos ter um outro entorno. E se formos por este caminho ampliaremos até chegar em Goiânia. Não é por aí que resolveremos a situação do Distrito Federal.

Eurides

Eurides Brito da Silva, de 49 anos, mora em Brasília há 17 anos. É professora da Universidade de Brasília. Nunca exerceu atividade política. Já foi Secretária de Educação do DF.

Tolentino

Fernando Tolentino, de 38 anos, é candidato do PMDB. Mora em Brasília há 12 anos e é jornalista. Foi um dos responsáveis pela fundação do partido no DF, quando a eleição nem tinha data.

Geraldo

Geraldo Campos, de 60 anos, é candidato do PMDB à Câmara. Mora em Brasília há 28 anos. Tornou-se conhecido pela sua atuação em defesa do servidor público, motivo da cassação que sofreu.

Chico

Chico Vigilante, como é mais conhecido, chama-se Francisco Domingos e tem 31 anos. É candidato do PT. Em Brasília, tornou-se muito conhecido como um dos líderes da CUT e do movimento trabalhista.